



SEMINÁRIO NACIONAL DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS



O FUTURO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
NA PERSPECTIVA DO ENSINO, INOVAÇÃO,
CRIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.

15 A 20 DE ABRIL DE 2018
Bahia Othon Palace Hotel, Salvador-BA

Eixo I – Inovação e Criação

O PANORAMA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

*THE PANORAMA OF INSTITUTIONAL REPOSITORIES OF BRAZILIAN FEDERAL
UNIVERSITIES IN THE SOUTH AND MIDWEST REGIONS: A COMPARATIVE ANALYSIS*

LEANDRO CONCEIÇÃO BORGES

BRUNA BELTRÃO BELINATO

DIEGO MARTINS ARAGÃO SILVA

BARBARA CHRISTIAN VITIELLO

Resumo: Apresenta resultados de pesquisa comparativa nos repositórios institucionais das universidades federais das regiões Sul e Centro-oeste do Brasil, totalizando uma população de estudo de 16 repositórios. O objetivo consiste em estudar os repositórios institucionais dessas universidades no que diz respeito: ao *software*, equipe, manual, tutorial, política e arquitetura da informação. O marco teórico aborda a evolução do acesso livre, termo este intrinsecamente ligado à ciência aberta; os benefícios em relação à preservação da memória e a visibilidade científica institucional que um repositório pode proporcionar para uma organização. A escolha por universidades federais ocorreu pelo destaque que as mesmas apresentaram no ano de 2017 em um *ranking* anual de um grande jornal nacional. Como estratégia metodológica foi adotada a abordagem descritiva, e os aspectos qualitativos e quantitativos, uma vez que são analisadas as diferenças e similaridades destes repositórios, assim como a quantificação numérica dos mesmos. Concluiu-se que os repositórios das universidades federais da região Sul apresentam algumas vantagens em relação aos da região Centro-oeste, principalmente na adoção de políticas, confecção e disponibilização de manuais e tutoriais de funcionamento dos repositórios.

Palavras-chave: Universidade federal. Repositório institucional. Acesso livre.

Abstract: This paper presents comparative results of a research in institutional repositories of federal universities in the South and Midwest regions of Brazil, totaling a study population of 16 repositories. The objective is to study the institutional repositories of these universities with respect to: software, staff, manual, tutorial, politics and informational architecture. The theoretical milestone approaches the evolution of the open access, a term intrinsically linked to the open science; the benefits of the preservation of memory and the institutional scientific visibility that a repository can provide to an organization. The choice for federal universities was made because of the highlight that they had in the year of 2017 in an annual ranking of a large national newspaper. As a methodological strategy was the descriptive approach and the qualitative and quantitative aspects were adopted, since the differences and similarities of

these repositories are analyzed, as well as their numerical quantification. It was concluded that the federal universities repositories of the South region presents some advantages in relation to the Midwest, especially in the adoption of policies, confection and availability of manuals and tutorials of the repositories operation.

Keywords: Federal university. Institutional repository. Open access.

INTRODUÇÃO

A crise dos periódicos proporcionou o surgimento de alguns movimentos na ciência no que diz respeito ao acesso à informação científica. O movimento de acesso livre (*open access movement*) surge em meio aos altos preços das publicações científicas e a dificuldade de acesso às mesmas. Na Reunião de Budapeste em 2002 foram definidas duas estratégias de acesso à informação científica: a via verde e a via dourada. Este trabalho tem como finalidade apresentar uma análise comparativa realizada na via verde, ou seja, em repositórios das universidades federais das regiões Sul e Centro-oeste do Brasil. A escolha por essas regiões se deu por, em análises prévias, apontarem que são as únicas em que todas as universidades federais possuem repositórios institucionais. Os objetivos estão pautados no estudo dos repositórios respeitando os critérios: do *software*, equipe, presença de manuais, tutoriais, política e arquitetura da informação. Com esta pesquisa será possível no futuro apresentar questionamentos sobre aplicação e acessibilidade dessas ferramentas, uma vez que, o repositório institucional possui elementos científicos que fundamentam seu estudo. O trabalho está dividido em: “o acesso livre e a importância dos repositórios institucionais” que aborda contextos elementares para o surgimento do movimento; “cenário dos repositórios e das universidades federais” situa o quadro dos principais elementos levantados neste estudo; “metodologia” que descreve os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa; “análise e discussão dos resultados” traz à luz as discussões da disponibilização dos dados coletados; as “considerações finais” e as “referências”.

O ACESSO LIVRE E A IMPORTÂNCIA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

As dificuldades para o acesso à literatura científica podem ser observadas pelo prisma das constantes tensões entre editoras científicas comerciais e bibliotecas. O movimento de acesso livre à informação científica tem por essência a contrariedade aos dois contextos: altos preços cobrados pelas editoras científicas comerciais para o acesso às suas publicações e a

dificuldade de os pesquisadores acessarem a informação inserida em seus documentos. Na literatura convencional os dois contextos são tidos como elementares para a chamada “crise dos periódicos” (RODRIGUES, 2004a).

Com o tempo, novas expressões começaram a ser pensadas no meio científico para suprir as necessidades informacionais, uma vez que a internet e o uso massivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) começavam a ser inseridas na ciência (CRESPO; CORRÊA, 2006; GUANAES; GUIMARÃES, 2012). É neste limiar que surge o movimento de acesso livre à informação científica. O acesso livre é um termo alocado dentro da chamada “ciência aberta”. Segundo Albagli (2017) a ciência aberta pode ser vista como um movimento de movimentos que incorpora elementos da ciência em diferentes frentes.

Uma das primeiras iniciativas do movimento de acesso livre está no lançamento, em 1991, do repositório digital temático *Arxiv*, por Paul Ginsparg do laboratório de Los Alamos, Novo México, Estados Unidos (MUELLER, 2006). O *Arxiv* é um repositório voltado para as áreas de Física, Matemática, Ciência da Computação e correlatas, cuja finalidade estava no depósito de manuscritos, pelos autores dessas áreas, que poderiam ter acesso ao mesmo em diversas localidades do planeta. Esses manuscritos inseridos no repositório são chamados de *preprints*, pois os mesmos não passaram pelo crivo da revisão pelos pares (MUELLER, 2006). O sistema de avaliação dos textos submetidos no *Arxiv* foi motivo para críticas por parte da comunidade científica ao movimento que começava a ser desenhado (GUANAES; GUIMARÃES, 2012).

Em 1999 é anunciada a Convenção de Santa Fé que, entre diversos pontos discutidos e debatidos, foram definidos alguns princípios, como: a obrigatoriedade da revisão pelos pares nas publicações de acesso livre, a interoperabilidade entre os sistemas de filosofia aberta e o autoarquivamento (TRISKA; CAFÉ, 2001). Na mesma Convenção, foi compactuada a iniciativa dos arquivos abertos (*open archives initiative*) onde o uso de *softwares* de código aberto passou a ser utilizado como estratégia de interoperabilidade entre sistemas de acesso livre (GUANAES; GUIMARÃES, 2012). O *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*, o protocolo OAI-PMH, surge neste cenário com a finalidade de possibilitar a interoperabilidade entre bibliotecas e repositórios digitais, assim como o compartilhamento de metadados utilizando o padrão *Dublin Core* (GARCIA; SUNYE, 2003).

Na Reunião de Budapeste em 2002, duas estratégias foram definidas: a via verde e a via dourada (HANARD et al., 2004). A via verde é representada pelo autoarquivamento, ou seja, o depósito de materiais em repositórios digitais; e a via dourada constitui o fomento e

editoração de periódicos científicos com a filosofia aberta. A via dourada, por sua vez, está dividida em pura e híbrida (VEIGA et al., 2017).

A via dourada pura é aquela financiada por instituições e que não apresenta dificuldades para o acesso aos periódicos de acesso livre. Esta via também pode ser concretizada por editoras comerciais, ocorrendo o pagamento de taxas pelo o autor ou instituição, mas sem barreiras de acesso ao leitor. O modelo híbrido da via dourada é aquele em que o periódico possui a filosofia aberta e restrita ao mesmo tempo, mediante a taxa ocasionando barreira financeira ao autor e para a instituição (VEIGA et al., 2017).

Em relação à via verde, Mueller (2006) define os repositórios institucionais como ferramentas que buscam reunir documentos produzidos por uma instituição. Leite (2009) justifica que o objetivo dos repositórios institucionais está no aumento da visibilidade da produção científica pelo corpo funcional da instituição; maximização da comunicação científica interna e externa; acessibilidade, uso e impacto da produção científica institucional. Sayão e Marcondes (2009, p. 24) contribuem afirmando que

[...] os repositórios institucionais são serviços vinculados organicamente aos seus ambientes institucionais; são cumulativos e persistentes e, portanto, têm compromissos fortes com a formação da memória digital acadêmica, com a preservação de longo prazo de materiais de valor contínuo e com os movimentos de livre acesso. Para tal, esses repositórios têm como base tecnológica sistemas abertos e interoperáveis e aderência aos padrões das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação.

Portanto, em linhas gerais, os repositórios institucionais buscam reunir e preservar a produção acadêmica e científica do seu corpo funcional, constituindo uma memória institucional, que possibilita o aumento do acesso e da visibilidade da instituição por meio da produção disponibilizada nessas ferramentas. Outro viés de repositórios digitais são os temáticos que para Kuramoto (2006, p. 83) “são um conjunto de serviços oferecidos por uma sociedade, associação ou organização, para gestão e disseminação da produção técnico-científica em meio digital, de uma área ou subárea específica do conhecimento”. Em outras palavras, um repositório temático é aquele cuja produção depositada contempla o escopo de estudo de uma área ou subárea do conhecimento. Ainda há definições para repositórios governamentais, que reúnem documentos dos órgãos governamentais; repositórios agregadores que dispõe dos registros de outros repositórios (KURAMOTO, 2012); e, mais recentemente, repositórios biográficos, que segundo Kornalewski, Borges e Belinato (2017, p. 6) tem por “[...] objetivo

captar, guardar, preservar e garantir livre acesso sobre o conteúdo, ou experiência registrada, de uma determinada pessoa, independente do suporte”.

Na visão de Hanard et al. (2004) e Rodrigues (2004b), a via verde é tida como a principal na propagação do acesso livre. Os repositórios institucionais tornaram-se importantes ferramentas para a disseminação da ciência. Ao se levar em consideração que um dos objetivos da universidade é o de auxílio na produção e disseminação de conhecimento técnico-científico, os repositórios institucionais passaram a constituir um papel estratégico neste processo.

CENÁRIO DOS REPOSITÓRIOS E DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Em busca realizada no mês de janeiro de 2018, pelos autores deste trabalho, verificou-se no *site* do *Directory of Open Access Repositories (OpenDoar)* que a maioria dos repositórios cadastrados no diretório são classificados como institucionais. O *OpenDoar* é um diretório oficial de repositórios de acesso livre mantido pela Universidade de Nottingham, Reino Unido, em conjunto com a Universidade de Lund, Suécia, constituindo em um grupo de serviços desenvolvidos pela SHERPA (MELIS, 2013). Os dados reportam aos seguintes números: 2.968 repositórios estão cadastrados como institucionais, 304 como temáticos, 107 como agregadores e 85 como governamentais. Lembrando que o *OpenDoar* apresenta um recorte mundial de repositórios.

Neste trabalho, a escolha pelas regiões Sul e Centro-oeste se deu, conforme já mencionado, por serem as únicas que possuem repositórios institucionais em todas as universidades federais, assim como, pela grande representatividade que as mesmas apresentam no cenário científico e tecnológico nacional. Em *ranking* divulgado pelo jornal “Folha de São Paulo”, no ano de 2017, lista, em diferentes frentes, o desempenho das universidades brasileiras. Centralizando os nossos esforços em um top 10 do *ranking*, nos quesitos “Ensino” há a representatividade de 8 universidades federais; em “Pesquisa”, “Melhores universidades” e “Internacionalização” o quadro é representado por 7 universidades em cada quesito; e em “Mercado” há a concentração de 3 universidades federais.

Para a discussão dos resultados, este estudo concentrará os esforços nos critérios adotados por Silva (2017) que consiste nas análises de: *software* do repositório; equipe responsável; disponibilização de manual e/ou tutorial e política. Ainda foi adicionada a

análise da arquitetura da informação dessas ferramentas. A arquitetura da informação, segundo Marques e Vechiato (2017, p. 3) “[...] subsidia a estruturação e a organização da informação em ambientes informacionais digitais, bem como a otimização de seu acesso e uso, ou seja, sua acessibilidade e usabilidade, respectivamente”.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada é quantitativa e qualitativa, além de descritiva, pois os dados coletados serão quantificados e evidenciados as suas diferenças e similaridades. Serão descritas as informações encontradas nos repositórios e alguns aspectos constitutivos da arquitetura da informação.

O primeiro passo metodológico foi a busca no *Google* pelos repositórios. A estratégia adotada foi: “nome da instituição federal” + a palavra “repositório”. Em um arquivo em Excel foram colocados os dados das instituições, tais como: nome, sigla e endereço eletrônico do repositório. Após a verificação que algumas instituições não colocavam de forma aparente em seus repositórios a política, tutoriais e manuais, passou-se a buscar no *Google* e dentro dos repositórios esses objetos digitais. A busca realizada contou com a estratégia: “política” + “repositório” + “nome da instituição”; “tutorial” + “repositório” + “nome da instituição”; “manual” + “repositório” + “nome da instituição”. Atualmente, as universidades federais são constituídas por 63 instituições conforme informação disponibilizada no *site* do Ministério da Educação no ano de 2017.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O quadro a seguir apresenta as universidades federais que serviram de base para este estudo, por regiões geográficas (Centro-Oeste e Sul).

Quadro 1: Universidades Federais presentes no estudo

CENTRO-OESTE	
INSTITUIÇÃO	SIGLA
Universidade de Brasília	UnB
Universidade Federal de Goiás	UFG
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD

Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT
SUL	
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
Universidade Federal do Rio Grande	FURG
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal do Paraná	UFPR
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS

Fonte: Adaptado do Ministério da Educação (2017).

A região Centro-oeste possui 5 universidades federais e a região Sul 11, totalizando uma população de estudos de 16 repositórios. Com base em Silva (2017) foi realizado um *checklist* desses repositórios tendo em vista: *software* do repositório; equipe responsável; disponibilização de manual e/ou tutorial e política. Foi acrescentada também a análise de arquitetura de informação. Silva (2017) também estudou a versão do *software* dos repositórios e foi ressaltado em seu estudo que a maioria dos repositórios não apresenta esta informação. Inicialmente a ideia era estudar também a versão do *software*, mas não obtivemos êxito. Portanto, esta informação não será objeto de análise neste estudo. A seguir os resultados obtidos pela análise. O que está marcado (X) significa que foi encontrado.

Quadro 2: Checklist dos repositórios das universidades federais

Instituição	Software	Equipe	Manual	Tutorial	Política
UnB	<i>Dspace</i>	X			X
UFG	<i>Dspace</i>				
UFGD	<i>Dspace</i>				
UFMT	<i>Dspace</i>				
UFMS	<i>Dspace</i>				X
UFCSPA	<i>Dspace</i>				X
UFES	<i>Dspace</i>				X
UFSC	<i>Dspace</i>		X	X	
UNIPAMPA	<i>Dspace</i>			X	X
FURG	<i>Dspace</i>	X		X	X
UTFPR	<i>Dspace</i>				X
UNILA	<i>Dspace</i>			X	X
UFPEI	<i>Dspace</i>				X

UFSM	<i>Dspace</i>				
UFPR	<i>Dspace</i>			X	
UFRGS	<i>Dspace</i>			X	X

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Todos os repositórios institucionais das universidades federais analisados utilizam o *software Dspace*. O *software Dspace* é uma iniciativa do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a *Hewlett-Packard* (HP). O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) disponibiliza *download* gratuito em sua página do *software*. Segundo os desenvolvedores do *Dspace*, o programa caracteriza-se como: um *software* sem fins lucrativos ou comerciais para a criação de repositórios digitais livre, com características personalizáveis para atender às necessidades de qualquer organização. A customização do *software* ficou presente na análise, representando diferenças na arquitetura da informação dos repositórios pesquisados. Sabe-se que a cada versão lançada novas funcionalidades são desenvolvidas o que pode diferenciar o visual de um repositório do outro. No entanto, o foco da análise neste momento é a “roupagem” que o repositório apresenta. O repositório da UnB customizou atribuindo fotografias a cada unidade que possui uma comunidade na ferramenta, além de criar um ambiente restrito para uso interno das bibliotecas centrais e outra comunidade, de acesso livre, para as coleções temáticas. A navegação pelo repositório da UnB é de fácil assimilação, além de ser um ambiente *clean*, ou seja, não é visualmente poluído por ter fotografias. A FURG apresenta uma arquitetura um pouco confusa e poluída com quantidade excessiva de texto. O ideal, neste caso, seria minimizar a quantidade textual com abas e *links*. A UFRGS apresenta interface customizada de fácil compreensão e navegabilidade. UFG, UFFS, UFMS, UFSC, UFSM, UFPR, UFPel e UNIPAMPA também possuem interfaces amigáveis. A interface da UFMT também é amigável, mas as constantes oscilações do repositório são preocupantes. Quase sempre está fora do ar. UFGD, UNILA apresentam interfaces, que aparentemente, parecem ainda estar em desenvolvimento. A UFCSPA apresenta um ambiente voltado para as teses e dissertações dos programas de pós-graduação da instituição. A navegação pelo repositório da UTFPR é um pouco confusa, mas o mesmo apresenta detalhes importantes como a apresentação do repositório e o mapa *site*.

Silva (2017) em seu estudo definiu como equipe de um repositório a informação inserida no mesmo que direcionava ao Centro de Documentação, Biblioteca ou Setor de Tecnologia da instituição pressupondo que há um profissional da informação envolvido na gestão e desenvolvimento do mesmo. Para fins qualitativos, neste estudo foi pensado que a definição de equipe está no detalhamento dos profissionais que atuam no repositório. Nesta perspectiva, apenas a FURG e a UnB apresentam a equipe nominalmente em seus

repositórios. Acreditamos na importância da disponibilização da equipe para que saibamos como a mesma está composta, além de também poder servir como um instrumento primário de pesquisa para outras instituições que ainda não possuem o seu repositório pensarem na formação da sua equipe de trabalho. O repositório da FURG conta com bibliotecários, bolsistas e analistas em tecnologia da informação. O da UnB conta com duas bibliotecárias. Segundo Leite (2009) a necessidade de recursos humanos para um repositório irá variar de instituição para instituição. Ainda assim, segundo o autor, a composição da equipe é, em muitos casos, constituída principalmente de forma multidisciplinar com as presenças de bibliotecários, analistas de sistemas e profissionais de comunicação / *marketing*.

O manual foi encontrado apenas no repositório da UFSC. A presença de um manual é importante para explicar e exemplificar as funcionalidades de todo o repositório. Explicar como as comunidades são constituídas, os procedimentos para as buscas simples e avançada, uso de operadores booleanos etc, faz com que a informação disposta no manual seja clara para quem navega no repositório. Em compensação, 6 instituições apresentam tutoriais em seus repositórios. O tutorial é um procedimento simples, condensado e direto sobre as práticas cotidianas de uso do repositório. A sua importância está na simplificação da informação ao usuário. É menos completo que um manual, mas apresenta funcionalidades. Um tutorial pode estar em um documento em formato pdf, em formato de vídeos, pode conter ilustrações, perguntas e respostas, etc, em linhas gerais, é um passo a passo rápido das funcionalidades do repositório.

A política de um repositório caracteriza-se em um documento que fundamenta a existência do mesmo. Dos 16 repositórios analisados, 10 apresentam política definida. Segundo Marcondes e Sayão (2009, p.18) as políticas irão variar

[...] desde a simples sugestão de que os pesquisadores depositem cópias de livre acesso de seus trabalhos aceitos em periódicos ou congressos, passando por diferentes tipos de incentivos para que seja feito o autoarquivamento até a obrigatoriedade institucional de o fazerem.

Portanto, a importância da política está fundamentada na influência que pode ocorrer no processo do autoarquivamento. Segundo Camargo e Vidotti (2009, p. 65) as políticas em um ambiente científico digital

[...] orientam as coleções e garantem a visibilidade do ambiente, prevendo: forma de acesso, tipo de documentos, restrições ao nível do conteúdo do documento, formas de depósito de documentos, tipologias de formatos, formato de documentos, digitalização de documentos, normalização de formatos, segurança e preservação da informação e normalização para documentos eletrônicos. Cada política varia de acordo com o tipo de ambiente e deve ser adequada ao contexto do objeto informacional. É importante ressaltar que os ambientes informacionais precisam adotar

políticas e diretrizes de auto-avaliação e auto-reajuste/realimentação, bem como ter transparência na divulgação de resultados e utilizar critérios de reconhecimento pessoal para impulsionar a motivação para o sucesso do ambiente informacional.

As políticas são elementares para a existência do repositório. A definição de uma política de repositório cria regras, estabelece etapas e padroniza as ações realizadas dentro do repositório. A política do repositório da UFPel e da UFCSPA foram encontradas via *Google*. A UFMS possui política do repositório, mas foi encontrada na página de Coordenadoria de Bibliotecas da instituição. É possível encontrar o documento dentro do repositório, mas quando esta análise foi realizada o *link* não abria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhuma instituição alcançou, em sua totalidade, os cinco pontos propostos: *software*, equipe, manual, tutorial e política. Todos os pontos são considerados importantes, mas ter uma política definida, disponibilizar manuais e/ou tutoriais são fatores imprescindíveis para que o usuário e o corpo funcional da instituição entendam o funcionamento, assim como, a razão de existência do repositório. A política e o tutorial do repositório da UNILA não estavam aparentes no repositório. Na verdade, esses dados foram encontrados no *Google*. A partir deste fato passou-se a procurar no *Google* as políticas dos repositórios, os manuais e tutoriais, além de fazer buscas dentro dos repositórios, isso quando não estava aparente essa informação. Seria interessante à UNILA, UFCSPA e a UFPel disporem das políticas de forma visível dentro dos repositórios para a melhor orientação do usuário e do seu corpo funcional. E no caso da UNILA, segue o mesmo para os seus tutoriais.

Construir um repositório envolve planejamento, etapas e procedimentos que precisam ser seguidos para fundamentar a sua existência. A política é uma delas. Com a política institucional fica definido o propósito do repositório, servindo como um norteador para passos futuros, podendo ser considerada também como um instrumento de *advocacy*. Leite (2009) aponta que outras políticas podem compor um repositório, como: políticas de desenvolvimento de coleções, políticas de direitos autorais, política de preservação digital, política de informação, políticas de gestão da informação em ambiente digital, entre outras. Todas funcionam em conjunto, padronizando e fortalecendo as ações que forem tomadas dentro do repositório.

A definição da equipe responsável é outra etapa decisiva no processo de construção e manutenção de um repositório. Conforme mencionado por Leite (2009), acredita-se que

quanto mais multidisciplinar for a equipe, melhor. Trazer nomes e competências desses profissionais no próprio repositório seria uma informação relevante para que se saiba como o mesmo é composto e pode servir de referência para outras instituições comporem a sua equipe na criação de seus repositórios. A literatura sobre repositório digital é vasta, mas verificar na prática como a equipe é formada seria um diferencial.

Os manuais e tutoriais são instrumentos norteadores para iniciantes acessarem os repositórios. Nem todo mundo tem facilidade para buscar ou mesmo inserir um documento no repositório pelo autoarquivamento. Ter um documento que apresenta esses procedimentos supre qualquer dificuldade inicial que possa surgir.

Percebe-se que os repositórios da região Sul apresentam maiores detalhamentos no aprimoramento e funcionalidades de seus repositórios do que os da região Centro-oeste. A UFSC possui um estudo sobre a usabilidade de seu repositório. Observar iniciativas como a desenvolvida pela UFSC demonstra que de fato a instituição está preocupada com o repositório, o seu propósito de existência e as perspectivas para o futuro. Conforme mencionado acima, um repositório institucional possui elementos científicos que justificam o seu estudo e a UFSC apresenta isso no estudo aqui relatado. Já o repositório da UFRGS é bastante organizado, mas nesta pesquisa não apresentou informação da equipe e do manual.

Na pesquisa, concluiu-se que a instituição que preenche mais quesitos é a FURG, ainda que a arquitetura informacional do repositório seja bem confusa. A UnB oferece uma arquitetura da informação bem funcional com equipe, mas não apresenta manual ou tutorial do repositório. A UFG também possui interface funcional, mas não apresenta equipe, não disponibiliza manual, tutorial e política. O repositório da UFFS e o da UFPel também possuem interfaces amigáveis, mas o da UFPel não apresenta documentos visíveis voltados para o uso administrativo, como a política, por exemplo, que foi encontrada no *Google* e não dentro do repositório. Esta última, por sinal, é a mesma situação da UNILA e da UFCSPA. A UNIPAMPA apresenta repositório com interface *clean*, assim como a presença da política e tutorial.

Na grande maioria dos repositórios verificaram-se *plug-ins* de compartilhamento que remetem às mídias sociais como *Facebook* e *Twitter*. Por essa lógica podemos inferir que há a possibilidade da informação ali disposta ter alcance a um público maior, pois segundo Damasceno (2015) são por meio das mídias sociais que 72% da população de países emergentes buscam informação. Esta informação poderá servir de base para estudos futuros no que diz respeito ao impacto das mídias sociais nos repositórios institucionais.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Ciência aberta como instrumento de democratização do saber. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 659-660, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v15n3/1678-1007-tes-15-03-0659.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.
- CAMARGO, L. S. de A. de; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação para repositórios digitais. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: UFBA, 2009. p. 55-82. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- CRESPO, I. M.; CORRÊA, C. H. W. Acesso livre à comunicação científica: experiência do SciELO. **Revista F@ro**, Valparaíso, n.6, [n.p.], 2006. Disponível em: <http://web.upla.cl/revistafaro/03_estudios/pdf/06_estudios_crespo.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.
- DAMASCENO, S. Mídias sociais são a 1ª fonte de informação. **Meio&mensagem**, São Paulo, 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/01/30/midias-sociais-sao-primeira-fonte-de-informacao.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- DSPACE. **About DSPACE**. Disponível em: <<http://www.dspace.org/introducing>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2017. **Ranking de universidades**. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- GARCIA, P. de A. B.; SUNYE, M. S. O protocolo OAI-PMH para interoperabilidade em bibliotecas digitais. In: CONGRESSO DE TECNOLOGIAS PARA GESTÃO DE DADOS E METADADOS DO CONE SUL, 1., Paraná, 2003. **Anais eletrônicos...** Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003. p. 1-12. Disponível em: <http://conged.deinfo.uepg.br/~iconged/Artigos/artigo_09.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2018.
- GUANAES, P. C. V.; GUIMARÃES, M. C. S. Acesso livre: uma nova crise no horizonte? **Comciência**, Campinas, n. 139, [n.p.], 2012. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n139/a08n139.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.
- HANARD, S. et al. The green and the gold roads to open access. **Nature Web Focus**, London, 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- IBICT. **Sobre o DSPACE**. 2017. Disponível em: <<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

KORNALEWSKI, A. M.; BORGES, L. C.; BELINATO, B.B. Repositório biográfico: singularidades de um modelo promissor. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Comunicação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, sup., p. 1-10, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1415/pdf1415>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

KURAMOTO, H. Estatísticas sobre repositórios no Brasil. **Blog do Kuramoto**, [s.l.], out. 2012. Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2012/10/30/estatisticas-sobre-ri-no-brasil/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em:

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: UFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MARQUES, C. de A. G.; VECHIATO, L. F. Arquitetura da informação em repositórios digitais: análise do repositório institucional da universidade federal do Rio Grande do Norte. **Bibliocanto**, Natal, v.3, n. 1, p. 2-28. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/11944/8342>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MELIS, M. F. M. Os critérios para cadastramento no open access e os repositórios institucionais luso-brasileiros. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69268>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). 2017. **e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1138>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

OPENDOAR. **Open access repositior types:** worldwide. 2018. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/onechart.php?cID=&ctID=&rtID=&clID=&lID=&potID=&rSoftWareName=&search=&groupby=rt.rtHeading&orderby=Tally%20DESC&charttype=pie&width=600&height=300&caption=Open%20Access%20Repository%20Types%20-%20Worldwide>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos Bad**, Lisboa, n.1, p. 24-35. 2004a. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/836/835>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a utopia e a realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS, 1., Lisboa, 2004b. **Anais...** Coimbra: Coimbra Editora, 2006. p. 29-40. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4942/1/ENBJ_ER.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: UFBA, 2009. p. 23-54. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, D. M. A. O desafio do profissional da informação na gestão de repositórios institucionais nacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 13., Salvador, 2017. **Anais eletrônicos...** Salvador: EDUFBA, 2017. p. 569-579. Disponível em: <http://www.cinform2017.ufba.br/modulos/gerenciamentodeconteudo/docs/366_anais_cinform2017.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 3 p. 92-96, 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/917/954>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

VEIGA, V. S. de O. et al. O compartilhamento de artigos científicos nos repositórios institucionais portugueses e brasileiros: com a voz os gestores. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1257-1268. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/955>>. Acesso em: 2 jan. 2018.